

Resenha Bibliográfica 1

SOLOW, Robert. *The Labor Market as a Social Institution.*
Cambridge, Massachusetts, Blackwell, 1990.

ALEXANDRE RANDS BARROS

Neste livro, o ganhador do Prêmio Nobel de 1987, Robert Solow, retorna a uma das mais antigas e persistentes preocupações de sua carreira acadêmica: o funcionamento do mercado de trabalho. Depois da completa assimilação da idéia de expectativas racionais pelos neokeynesianos⁽¹⁾, com obtenção dos seus principais resultados quanto ao papel de choques da demanda na determinação da renda, o funcionamento do mercado de trabalho tornou-se a maior fonte de divergências entre os dois importantes paradigmas na economia americana: Neokeynesianos e Novos Clássicos. Este fato dá uma importância especial a um livro em que um dos expoentes do neokeynesianismo debruça-se sobre esta questão.

O objetivo do livro é mostrar que a visão de equilíbrio no mercado de trabalho por interação da oferta e da procura por trabalho não é satisfatória para explicar o comportamento deste mercado. Solow apresenta uma visão neokeynesiana do mercado de trabalho, contrapondo-a às concepções dos Novos Clássicos ao buscar justificar a persistência de desemprego involuntário na economia pelas particularidades do mercado de trabalho, que o diferencia dos mercados para os demais bens da economia. Neste sentido, Solow tenta introduzir a importância das instituições sociais e das idéias que as pessoas têm de si mesmas e do mercado de trabalho para o funcionamento deste último. Elas afetariam o mercado de trabalho na determinação tanto dos salários como de uma taxa de desemprego sem efeito inflacionário, tradicionalmente conhecida como taxa natural de desemprego. Quanto ao caso dos salários, particularmente, Solow ressalta a importância da idéia de justiça na determinação dos salários.

O autor é Ph.D em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, USA, e Economista da Organização Internacional do Açúcar, Londres.

(1) Neokeynesianos aqui agrega aqueles economistas que trabalham com a Síntese Neoclássica da teoria keynesiana, os quais uma vez foram chamados por Joan Robinson de keynesianos bastardos.),

O livro é dividido em três capítulos, que tratam respectivamente de evidências contra a teoria de equilíbrio no mercado de trabalho e que dão suporte à hipótese de que relações sociais desempenham um papel importante no mercado de trabalho (1); de teorias que poderiam explicar a persistência de desemprego (2) e de conseqüências práticas destas teorias (3). As evidências apresentadas são de três tipos: empíricas, apelo ao senso comum e apelo a autoridades. Dois apelos a autoridades são usados. Um deles é a um artigo de Alfred Marshall chamado *Uma Taxa de Salários Justa*. Neste artigo Marshall defende que há na sociedade a idéia de um salário justo, tanto entre os empregadores quanto entre os empregados, e que há uma pressão social muito grande para que se pague este salário. O segundo apelo feito é à descrição de Danthine e Lambelet (1987 e 1988) do mercado de trabalho suíço. Segundo eles, os salários na Suíça são determinados por barganha. Eles são flexíveis e se ajustam de acordo com os movimentos do PNB. Há a idéia de que o desemprego representa um mal muito grande para o trabalhador e que, portanto, à flexibilidade dos salários corresponde uma menor flexibilidade do emprego. Para Solow, este tipo de arranjo político-institucional é uma demonstração do papel da idéia de justiça na determinação dos salários.

Três fatos são usados por Solow para persuadir os leitores a reconhecerem que as instituições sociais têm um papel a desempenhar no mercado de trabalho. O primeiro deles menciona o fato de que os piquetes de trabalhadores, quando direcionados à obtenção de salários mais altos, sempre apelam por justiça. O segundo fato é que a atribuição de um papel importante a normas de equidade e justiça na determinação dos salários sempre aparece na literatura sob a denominação de relações industriais e administração de pessoal. O terceiro fato é que normalmente os salários e o emprego estão profundamente vinculados ao *status* social e à satisfação pessoal dos trabalhadores. Daí a importância de elementos sociais na determinação dos salários.

O outro grupo de evidências mencionado por Solow envolve conclusões mais técnicas. Um primeiro grupo delas vem de experimentos feitos em Illinois (EUA), em 1984, para verificar se uma política de incentivos financeiros para se obter um emprego, dada aos recipientes de seguro-desemprego, surtiria efeito. Criaram-se dois grupos, um em que os trabalhadores, além de receber o seguro-desemprego, tinham um bônus para conseguir um emprego em um

determinado prazo (grupo experimental); outro, em que eles apenas recebiam o seguro-desemprego (grupo controle). Os resultados obtidos não dão suporte à teoria Neoclássica de equilíbrio no mercado de trabalho. Por outro lado, eles são perfeitamente justificáveis por um modelo em que haja desemprego involuntário.

Um segundo grupo de evidências mais técnicas vem de uma pesquisa feita para avaliar a política adotada por alguns Estados americanos com o propósito de vincular as transferências do governo a trabalhos desempenhados em instituições, às quais os assistidos eram alocados. As conclusões relevantes são de que há, entre a população assistida, a ética do trabalho. As pessoas preferiam receber dinheiro do governo quando prestando serviço do que como mera transferência. Os resultados mostram, além disso, que a noção de justiça dos ganhos também é um elemento psicológico importante entre os beneficiários.

Já no segundo capítulo, Solow apresenta como evidência contrária ao modelo clássico, que não admite a existência de desemprego involuntário, a inexistência de comportamento contracíclico da demanda por bens de consumo tipicamente associados com lazer. Assim, partindo do pressuposto de que as evidências contrárias ao modelo clássico são conclusivas, Solow apresenta três teorias que justificam a persistência de desemprego involuntário. Duas delas são apenas revisão das duas teorias do mercado de trabalho com maior popularidade entre neokeynesianos. A primeira, é a teoria do salário eficiência. Neste caso, o empregador paga um salário acima do que seria o equilíbrio de mercado porque a motivação dos trabalhadores introduzida com este artifício mais do que compensa o aumento de encargos. A suposição de que os trabalhadores têm certo controle sobre a sua produtividade é fundamental para este argumento e é a base de todas as teorias do salário-eficiência.

A segunda teoria é a que salienta a existência de um diferencial de produtividade entre os trabalhadores empregados e os seus potenciais substitutos, que estão desempregados. Neste caso, a produtividade dos empregados gera uma renda excedente que pode ser parcialmente apropriada por eles através de um processo de barganha. O poder destes trabalhadores nesta barganha se dá porque a substituição deles faria aquele excedente desaparecer, ao menos provisoriamente. Assim, o desemprego involuntário persiste porque os trabalhadores

desempregados, mesmo querendo trabalhar ao salário existente, não teriam uma produtividade que justificasse os seus salários.

Para Solow, estas duas teorias são incompletas já que não explicam porque os desempregados, sendo agentes racionais que têm em mente os seus próprios interesses, não oferecem seus serviços a um salário suficientemente mais baixo para conseguirem um emprego. Diante desta falha, Solow introduz uma hipótese baseada no dilema dos prisioneiros, um problema tradicional na teoria dos jogos. Neste jogo dois prisioneiros teriam duas opções, cooperarem ou não entre si. Se ambos cooperam, os benefícios para os dois é máximo. Se apenas um coopera, ele se prejudica e o outro obtém um benefício intermediário. Apesar de haver uma propensão à não cooperação, quando não se pode fazer um arranjo prévio, a reprodução temporal infinita deste jogo tende a levar a uma situação de cooperação mútua estável. Solow argumenta que o mercado de trabalho funciona como este jogo. Os trabalhadores não oferecem seu trabalho por um salário mais baixo do que o em vigor, porque, neste caso, eles estariam adotando uma estratégia de não cooperação que, no longo prazo, teria um efeito negativo para si próprios, já que isto levaria à predominância de salários mais baixos. Para qualquer taxa de desconto da utilidade futura do salário, este jogo levaria a vários possíveis equilíbrios no mercado de trabalho, muitos deles com desemprego. Solow não vê essas idéias como sendo uma descrição literal do mercado de trabalho. As vê mais como uma metáfora. Esse comportamento teria emergido da experiência e da razão e estaria funcionando como norma social.

Solow apresenta algumas conseqüências da última teoria apresentada:

1. Há um equilíbrio múltiplo no mercado de trabalho, mesmo havendo uma correspondência de um para um entre emprego e salário. Isto permite compatibilizar a teoria apresentada com a existência de racionalidade por parte das empresas e a existência de funções de produção contínuas e com produtividade marginal decrescente.
2. O intervalo possível para a taxa de desemprego pode ser limitado acima e abaixo. Com isto a teoria pode ser compatibilizada com o resultado empírico de que essa taxa não é explosiva.
3. As taxas de desemprego e salário predominante dependem não só das características estruturais do mercado de trabalho, mas também do desenvol-

vimento passado. A dependência intertemporal do salário e do desemprego é um resultado empírico largamente aceito, que pode ser explicado pela teoria apresentada.

De acordo com a primeira consequência apresentada, várias taxas de desemprego poderiam representar um equilíbrio estável. Qual delas se tornaria a taxa dominante, depende da história da economia. Usando a idéia da existência da curva de Phillips na sua forma aceleracionista, que é uma idéia largamente aceita em economia, Solow cria a hipótese de que a taxa de desemprego de equilíbrio estável é a não inflacionária. Esta taxa é normalmente associada à taxa natural de desemprego. De acordo com a teoria da determinação dos salários e do desemprego apresentada, esta taxa não pode ser fixa, já que ela tem uma determinação histórica.

Alguns testes econométricos muito simples foram usados para testar as duas opções. Apesar de o modelo com taxa constante ter um desempenho ligeiramente melhor para os Estados Unidos, ele encontra dificuldades em explicar o comportamento do desemprego na Europa. Já a hipótese de taxa de desemprego natural flutuante pode explicar os fatos ocorridos na Europa sem grandes dificuldades. Solow usa estes resultados como suporte da sua teoria.

Solow faz também alguns comentários sobre as consequências da visão do mercado de trabalho apresentada para a política econômica, quando incluída num modelo em conjunto com a versão aceleracionista da curva de Phillips:

1. O nível de desemprego pode ser reduzido via políticas econômicas por consequência da existência de equilíbrio múltiplo. Esta possibilidade é suprimida pelos Novos Clássicos.
2. As consequências para a inflação podem ser importantes, principalmente quando a taxa natural de desemprego tem que ser fortemente afetada.
3. A inflação é um custo para se reduzir desemprego, não para se manter o desemprego baixo.
4. Choques que levam ao aumento do desemprego terão um efeito inflacionário no futuro, quando se tenta reduzi-lo novamente.

Como visto, Solow apresenta neste livro mais uma tentativa de superar a dificuldade que os neokeynesianos têm para dar fundamentos microeconômicos às imperfeições no mercado de trabalho. Solow enfatiza as consequências das teorias

apresentadas para o nível de emprego. A teoria nova apresentada, contudo, é promissora não só para explicar a persistência do desemprego, mas também a estabilidade dos salários nos ciclos econômicos, como tem sido encontrado pelos estudos empíricos. Ela certamente somar-se-á às outras duas teorias que foram sinteticamente discutidas e à hipótese de que as firmas poderiam prover um seguro aos trabalhadores contra as oscilações do salário ótimo, que estaria embutido nos contratos, para explicar esta estabilidade dos salários ⁽²⁾.

A teoria introduzida por Solow pode ser usada para justificar um dos mais sérios problemas das teorias que aceitam a existência de desemprego estável: por que os trabalhadores não rebaixam o salário a um nível de subsistência ou o suficiente para eliminar o desemprego? Esta questão não é um problema particular da teoria neokeynesiana. Ela está também presente, por exemplo, entre pós-keynesianos e marxistas. A resposta dada por Solow tem como um de seus fortes elementos a introdução da idéia de que mesmo se os agentes econômicos agirem em seu próprio interesse, poderá haver uma tendência à formação de normas sociais que levem a um comportamento menos atomístico dos trabalhadores. Esta idéia poderá ajustar-se mais a essas outras teorias. A introdução de coeficientes fixos de produção entre trabalho e capital ou a possibilidade de recâmbio da eficiência relativa de duas tecnologias, tal qual enfatizado pelos neo-ricardianos, diminuem o ganho de emprego que a concorrência destrutiva entre trabalhadores poderia ter como consequência. Assim, a probabilidade de cooperação no jogo apresentado por Solow aumentaria.

Estes últimos comentários fazem com que o trabalho de Solow seja uma contribuição importante não apenas para neokeynesianos, mas também para outros economistas menos ortodoxos. O livro é também uma apresentação fácil e objetiva das principais idéias dos neokeynesianos no que tange ao comportamento do mercado de trabalho. Nele o autor demonstra um estupendo poder de síntese, apresentando teorias e problemas de maneira sucinta sem, entretanto, deixar escapar o essencial. Para os neokeynesianos, o livro pode ser mais do que uma boa apresentação das idéias dessa escola. Ele apresenta uma teoria facilmente adaptável por outras escolas, já que sua essência não se prende aos elementos da teoria neoclássica.

(2) Uma revisão mais formal das duas teorias revisadas por Solow e da teoria dos contratos pode ser encontrada em BLANCHARD & FISCHER (1989, cap. 9).

Referências Bibliográficas

- BLANCHARD, O. & FISCHER, S. *Lectures on macroeconomics*. Cambridge, MIT Press, 1989.
- DANTHINE, J. & LAMBELET, J. The swiss recipe: conservative policies ain't enough. *Economic Policy*, October, 147-179, 1987.
- _____. The swiss labor scene, or why humans sometimes cooperate and sometimes don't". *Working Paper* nº 8088, Département d'économetrie et d'Économie Politique, University of Lausanne, 1988.